



Anarquia e Luta Conjunta na Palestina e em Israel

Uri Gordon



Este é um capítulo extraído do livro *Anarquia Viva*,
de 2008, de Uri Gordon, traduzido coletivamente e
disponível na íntegra em:

we.riseup.net/subta/aanarquia-viva

Uri Gordon é um escritor e militante anarquista
israelense e professor universitário no Reino Unido.

Ilustração de capa por Dinelli | @1dinelli

Para baixar esse e outros capítulos roubados de livros
em formato zine e muito mais ferramentas, visite:

faccaoficticia.noblogs.org

NOTA DA PRESENTE EDIÇÃO:

O presente texto foi lançado em 2007 como um capítulo do livro “Anarquia Viva!”, escrito pelo anarquista israelense Uri Gordon. O capítulo mobiliza análises sobre as lutas e perspectivas anarquistas na Palestina ocupada militarmente pelo Estado de Israel. Achamos oportuno fazer circula-lo em formato zine/brochura agora que o genocídio palestino perpetrado por Israel atinge uma nova etapa, já considerada a mais letal da história desse conflito. Também porque, como se observa há mais de 75 anos, as tecnologias coloniais de ocupação militar e controles ambientais usadas pelo Estado de Israel dá o tom de como diversos grupos armados estatais atuam na contenção e extermínio de grupos resistentes.

No dia 7 de outubro de 2023, o braço armado do grupo palestino Hamas lançou um ataque surpresa no território reivindicado por Israel. Ao menos 1.400 pessoas foram mortas, a maioria civis e outras centenas foram feitas de reféns. Ação que expôs o óbvio da atual utopia securitárias das democracias: não existe sistema de segurança, por mais hightech que seja, imune à ataques, pois as pessoas que vivem sob a violência estatal ostensiva e permanente vão reagir por diversos meios, legítimos ou não.

O Estado israelense respondeu com um cerco total à Faixa de Gaza, cortando os suprimentos de alimentos, água, energia e combustíveis, e bombardeando indiscriminadamente a região com ataques aéreos, enquanto prepara uma grande ofensiva terrestre que foi colocada em marcha no dia 28 de outubro, produzindo um montante de mortes e destruição sem precedentes.

Nos primeiros seis dias de conflito mais de 6 mil ataques aéreos a Gaza — uma das regiões com a maior densidade populacional do planeta — atingiram principalmente alvos civis, incluindo hospitais, escolas, prédios residenciais e rotas de saída através das quais parte do povo palestino e cidadãos de diversos países tentavam fugir da área de conflito e dos campos para pessoas refugiadas. Até a conclusão desta edição, um mês após o primeiro ataque, esses bombardeios mataram mais de 10 mil pessoas, incluindo mais de 5.000 crianças, e feriram outras centenas de milhares. Mais de um milhão de pessoas foram forçadas a deixar suas casas e muitas estão desaparecidas sob os escombros de prédios residenciais, escolas, hospitais e universidades bombardeadas por Israel.

Este é apenas o capítulo mais recente de mais de um século de violência colonial genocida contra o povo palestino. O Estado de Israel comprova que não surge como uma resposta, mas uma continuação das práticas de extermínio do Holocausto, já que mobiliza as mesmas tecnologia políticas de contenção, controle e execução perpetradas pela Alemanha nazista, mas contras os povos que habitam a faixa de Gaza e com acréscimo de um militarismo hightech. Mesmo antes dos ataques do Hamas em outubro, a política de Apartheid e terrorismo do etno-estado israelense reproduz a mesma lógica dos guetos nazistas tanto na Faixa de Gaza quanto na Cisjordânia, onde o Hamas sequer tem atuação, e colonos e as forças de segurança israelenses praticam torturas, fuzilamentos, sequestros e bombardeios.

Menos de dois anos antes dos ataques do Hamas e da agressão genocida israelense, houve o início da invasão russa e a guerra na Ucrânia. Ambos ressaltam os interesses geopolíticos e milita-

res que atravessam os territórios e trazem ao debate o fantasma de uma nova guerra mundial nuclear. E em ambos, anarquistas e demais movimentos radicais de base ressaltam a importância da solidariedade internacionalista, a autodefesa e a autodeterminação dos povos.

O texto de Uri Gordon aborda as origens socialistas e internacionalistas dos kibutz nos anos 1920, antes da política sionista se materializar em um Estado étnico-nacionalista; as contradições e desafios dentro da luta anarquista e anticapitalista radical em geral ao se envolver no conflito Palestina/Israel junto aos povos; e também aponta para algumas saídas possíveis. Ademais, demonstra que não há saída para o conflito mais significativo de nossa era pela via estatal, confirmando a hipótese histórica dos anarquistas no século XXI. Também contribui para que o debate, que os novos ataques militares de Israel suscitam, saiam do binarismo e possam ser abordados de um perspectivas da diversidade dos povos contra a violência dos Estados.

*Facção Fictícia,
primavera de 2023.*

ANARQUIA E LUTA CONJUNTA NA PALESTINA E EM ISRAEL

Por muitos anos me opus ao sionismo por considerá-lo o sonho dos judeus capitalistas do mundo para o Estado judeu com todos os seus adereços[...] um maquinário estatal judeu para proteger os privilégios de poucos contra muitos[...]. [Mas] o fato de que existem muitas comunas não sionistas na Palestina é a prova de que os trabalhadores judeus que ajudaram os judeus perseguidos e atormentados fizeram isso não porque eles eram sionistas, mas porque eles seriam deixados em paz na Palestina, onde criariam raízes e viveriam suas próprias vidas.

—Emma Goldman, *Carta à Espanha e ao mundo* (Londres, 1938)

Na encruzilhada do conflito imperial desde os dias do Egito e da Assíria, e tendo os legados culturais das três religiões de Abraão como seu ponto central, a terra entre os rios Jordão e o mar Mediterrâneo continua sendo um ponto chave no espetáculo da política mundial e um microcosmo das tendências globais. Da mesma forma que o Tratado de Oslo foi propagandeado como um emblema do lado “benevolente” da globalização nos anos 1990, assim também foi o seu colapso numa violência renovada paralela à transformação, desde 11 de setembro de 2001, do projeto de globalização num imperialismo descarado. Hoje, o conflito na região, que chamarei de forma intercambiável Israel/Palestina e Palestina/Israel, é o elemento central da ideologia do Choque de Civilizações – e, pela mesma razão, um “ponto de acupuntura” único para a atividade anarquista.

Neste texto, gostaria de trazer algumas perspectivas para a política de Israel/Palestina, onde emergem grandes questões para a abordagem anarquista da libertação nacional, da solidariedade internacional, e da identidade coletiva baseada num local. Uma das razões é a aparente contradição entre o compromisso anarquista de apoiar grupos oprimidos no que eles dizem precisar e, no caso palestino, na formação de um novo Estado-nação. Primeiro, contudo, gostaria de focar nas lutas conjuntas de Palestinos-Israelenses nas quais a participação anarquista é proeminente – apontando para as formas inesperadas nas quais questões como paternalismo, violência e desengajamento acontecem na região. Por fim, retorno para o debate mais amplo sobre anarquismo e nacionalismo, dando particular atenção para a ideia de biorregionalismo como uma forma alternativa de identidade local que pode estar mais afinada com as abordagens anarquistas.

ANARQUISMO EM ISRAEL E NA PALESTINA

Olhando para a paisagem da luta na Palestina e em Israel, devemos lembrar que a presença anarquista in loco é relativamente pequena. Numa estimativa generosa, existem hoje em torno de 300 pessoas em Israel que são politicamente ativas e que não se importam de se chamar anarquistas – a maioria mulheres e homens judias/judeus com idades entre 16 e 35 anos. Entretanto, o anarquismo tem sido uma subcorrente contínua na política de Israel/Palestina por décadas. Embora não ligado a anarquistas judeus estrangeiros que falavam iídiche, os primeiros grupos de kibutz nos anos 1920 foram organizados sob princípios libertários-comunistas e seus membros liam Kropotkin e Tolstoi. Embora estes communards fossem construtores e agricultoras ao invés de grevistas e manifestantes de rua, e que fossem maiormente cegos à sua posição de peões no projeto imperialista, sua forma de propaganda pela ação continua relevante nos dias de hoje (ver Horrox 2007). Outros dissidentes locais estavam mais conectados ao movimento operário revolucionário e, em 1936, um número de judeus e árabes comunistas e anarquistas foram lutar na Guerra Civil Espanhola. Após o holocausto e a criação do Estado de Israel, muitos anarquistas falantes de iídiche vieram para o país, entre eles Aba Gordin e Yosef Luden, os quais organizaram a Freedom Seekers' Association [Associação em Busca da Liberdade] e publicaram a revista anarquista iídiche “Problemen”.

Depois de 1968, como em outros lugares do mundo, houve um interesse renovado pelo anarquismo. O grupo anticapitalista e antissionista Matzpen teve envolvimento anarquista, e o anarco-pacifista Toma Schick tocou a vertente da War Resisters International [Internacional de Resistentes à Guerra]. O movimento recebeu um grande impulso na década de 1980 graças à cena punk e ao crescimento da recusa ao serviço militar durante a Guerra do Líbano e a Primeira Intifada. A primeira célula de estudantes anarquistas e zines foram criados neste período. O movimento anarquista israelense contemporâneo “funda-se” durante a onda de ativismo antiglobalização no fim dos anos 1990, agrupando pautas anticapitalistas, ambientais, feministas e de direito dos animais. Houve uma proliferação de protestos e ações diretas, festas do Reclaim the Streets e banquinhas do Food not Bombs¹. O infoshop² Salon Mazal e o CMI Israel foram criados. Desde o começo da segunda Intifada, as atividades ficaram focadas na ocupação da Palestina, em particular contra a construção do Muro do Apartheid. Algumas anarquistas participaram no Ta’ayush (parceria árabe-judaica), uma iniciativa criada logo após o início da segunda Intifada em outubro de 2000. No seu auge, o Ta’ayush possuía um grande número de membros judeus e árabes palestinos de cidadania israelense, muitos deles estudantes, que realizaram ações de solidariedade em territórios ocupados – levando comida a cidades e vilas sitiadas e defendendo agricultores contra colonos e soldados enquanto trabalhavam em suas terras. Em 2003, funda-se a iniciativa Anarchists Against the Wall [Anarquistas Contra o Muro], enquanto a luta conjunta com os vilarejos palestinos na Cisjordânia continuava intensamente.

1 Reclaim the Streets (Retome as Ruas) foi um movimento de retomada do espaço público no contexto dos movimentos anti-globalização. Food not Bombs (Alimentos e Não Bombas) foi um tipo de evento realizado em vários países por anticapitalistas que tomavam alimentos desperdiçados ou descartados e supermercados ou outros estabelecimentos para distribuir refeições gratuitas a pessoas necessitadas, como forma de propaganda pela ação.

2 Espaço cultural autogerido anarquista, em geral com venda de comida, livros, camisetas, uma biblioteca, local de trocas, espaço para eventos, oficinas, etc. Palestina e em Israel Anarquia e Luta Conjunta na Palestina e em Israel Anarquia e Luta Conjunta na Palestina e em Israel

Entre os palestinos, existem muitos aliados, mas nenhum movimento anarquista organizado. Entretanto, nos últimos anos foi possível ver uma aliança entre ativistas israelense e internacionais e comunidades palestinas, renovando sua própria tradição de resistência popular e desobediência civil. A primeira Intifada (1987-89) foi um levante organizado através de comitês populares e preponderantemente separado da liderança da PLO (Organização pela Libertação da Palestina), e envolveu não apenas estilingues e molotovs, mas também muitas ações não-violentas como manifestações massivas, greves gerais, recusa ao pagamento de impostos, boicotes aos produtos israelenses, grafites políticos e estabelecimento de escolas secretas e projetos de base de apoio mútuo.

Somados a anarquistas israelenses, muitos anarquistas internacionais estiveram presentes em campo - embora primeiramente com o International Solidarity Movement (Movimento de Solidariedade Internacional ou apenas ISM), uma coordenação tocada por palestinos, que começou suas atividades no verão de 2001 e teve seu pico nos dois anos seguintes. A ISM mobilizou voluntários da Europa e América do Norte, que foram a territórios ocupados para acompanhar ações não-violentas de palestinos (Sandercock et al. 2004). A ISM estava bem ativa antes das invasões e ataques israelenses a centros populacionais palestinos alcançarem seu auge. Suas ações incluíram a formação de correntes humanas para impedir que soldados impedissem que palestinos destruíssem bloqueios militares em rodovias, convocaram manifestações massivas, ou furavam coletivamente os toques de recolher para levar crianças à escola ou vigiar seus campos. Líderes de base palestinos tinham interesse nessa cooperação, primeiro porque a presença internacional esperançosamente moderaria a reação dos soldados, assim como poderia influenciar a opinião pública internacional. Um fato interessante é que os organizadores estimam que em torno de um quarto dos voluntários da ISM fossem judeus.

À medida que a violência crescia, a ISM foi levada a se focar mais e mais no acompanhamento e em se fazer de escudo hu-

mano, enquanto ao mesmo tempo chamava a atenção mundial para a repressão dos palestinos através da presença “ao vivo” de testemunhas internacionais. Por algum tempo, o que os voluntários internacionais fizeram foi ditado por quando, onde e como o exército israelense atacaria. Durante as invasões da primavera de 2002, ativistas da ISM ficaram em casas palestinas peitando demolições, acompanharam ambulâncias, escoltaram trabalhadores municipais para repararem a infraestrutura e entregaram comida e medicamentos em comunidades sitiadas. No que foi o mais amplamente difundido drama desta fase, voluntários internacionais ficaram trancados durante semanas na Igreja da Natividade em Belém, sitiada com moradores, sacerdotes e militantes armados. À medida que a violência diminuía, a ISM tornava-se proativa novamente, com manifestações para furar toques de recolher e organizando um dia internacional de ação no verão de 2002.

Agora, embora a ISM e outros grupos de solidariedade não afiliados que iam a campo não fossem declaradamente anarquistas, todavia duas relações claras podem ser feitas com o anarquismo. A primeira, em termos de pessoal, as atividades de solidariedade internacional na Palestina viram uma presença grande e contínua de anarquistas, que já haviam passado previamente pelas mobilizações antiglobalização e organizações de base na América do Norte e Europa. Em seguida, embora a ISM incluísse participantes com diversos passados, ela foi o veículo mais importante para o envolvimento em campo de anarquistas internacionais na Palestina. Segunda, e mais substancialmente, a ISM apresenta proeminente diversas características da cultura política anarquista: falta de filiação, política e liderança formais; um modelo de organização descentralizado com base em grupos de afinidade autônomos, conselhos de porta-vozes e tomada de decisão por consenso; e um foco estratégico em campanhas de curto prazo e táticas criativas que insistem na ação direta e no empoderamento de base. Estas semelhanças são demonstradas por uma declaração da ISM do Canadá (2002) sobre a necessidade de ir “de um modelo arrogante de

ativismo ‘salvador’ para um modelo real de ‘solidariedade’”, cuja ênfase na ação direta possui muitas palavras-chave da linguagem política anarquista:

Solidariedade significa mais do que trabalho de “caridade” para aliviar nossa consciência. É preciso fazer mais do que simplesmente testemunhar ou documentar atrocidades - apesar de que estas tarefas também são críticas para o nosso trabalho. A ISM vê a solidariedade como um imperativo para o engajamento ativo na resistência à Ocupação, tomar partido, colocar nossos corpos na mira e usar o privilégio relacionado aos nossos passaportes e, em alguns casos, nossa cor de pele - primeiro e antes de tudo, da maneira que os palestinos de fato requererem, mas também para que ajude a construir confiança e expandir redes de apoio mútuo.

Assim, anarquistas ocidentais que envolveram-se em ação direta na Palestina (e em outras regiões, como Papua Oriental ou Colômbia) frequentemente dizem que eles participaram deliberadamente como seguidores e apoiadoras ao invés de líderes e iguais. O ethos da ISM e de outros grupos de solidariedade enfatiza que a liderança venha dos membros ou representantes da comunidade palestina, com base no princípio de que a tomada de decisão e o controle das ações deve ser proporcional ao quão uma pessoa é afetada pelo seu potencial resultado. Assim, um grupo de canadenses da ISM teve muitas dificuldades ao defender que “o apoio internacional não pode se comportar como se ele viesse ensinar aos palestinos alguma coisa sobre ‘paz’ ou ‘não-violência’ ou ‘moralidade’ ou ‘democracia’, ou qualquer coisa que muitos no ocidente tipicamente (e de forma arrogante e errônea) veem como sendo exclusivamente do reino do ativismo e valores ocidentais” (ibid.). De forma similar, o anarquista israelense Yossi Bar-Tal argumentou que “não estamos atuando na Palestina para educar[...] Nós nunca entregaríamos panfletos escritos em árabe explicando o que

é o anarquismo e porque eles deveriam se juntar a nós, porque não é o que fazemos[...] não estamos lá para educar, porque enquanto eles estão sendo ocupados pelo nosso Estado, nós não temos nenhuma razão para ir lá e dar um sermão” (Lakoff 2005).

A primavera de 2003 marcou uma transição clara com respeito à ação direta em Israel/Palestina, com o centro de gravidade mudando dos voluntários internacionais em cidades palestinas para israelenses e internacionais se juntando à resistência popular não-violenta contra a Barreira de Segregação. A mudança foi acompanhada por uma crise na ISM, seguida por uma rápida sucessão de eventos trágicos, o mais importante sendo a matança de dois voluntários em Gaza. Em 16 de março, a estadunidense da ISM Rachel Corrie foi esmagada e morta sob um bulldozer blindado que ela estava tentando obstruir durante a demolição de uma casa em Rafah. Em 11 de abril, o voluntário britânico Tom Hurndall levou um tiro na cabeça por um atirador de elite israelense na mesma área e entrou em coma, morrendo nove meses depois. Enquanto a matança despertava o clamor internacional, aumentava o currículo da ISM e ainda ressaltava a brutalidade da ocupação, ela também sublinhava o risco imenso que acompanha as atividades de solidariedade na Palestina e isso fez com que muitas ativistas pensassem duas vezes antes de ir lá.

Na sequência disso, o Estado de Israel fez uma campanha para associar a ISM com terrorismo, justificando uma forte repressão sobre a organização. Na noite do dia 27 de março, durante o período de toque de recolher e de prisões militares em Jenin, um palestino chamado Shadi Sukiya tinha acabado de chegar ao escritório da ISM na cidade, suando e tremendo. Foi-lhe dado novas roupas, uma bebida quente e um cobertor. Logo em seguida, soldados israelense vieram e prenderam Sukiya, o qual acusavam de ter sido membro sênior da Jihad Islâmica. O exército também afirmou que uma pistola foi encontrada no escritório, mas depois retirou a alegação. Em 25 de abril, um serviço memorial público por Rachel Corrie, organizado pela ISM, teve a presença de dois

muçulmanos britânicos, Asif Muhammad Hanif e Omar Kahn Sharif. Cinco dias depois, os dois realizaram um atentado suicida a bomba num restaurante em Tel-Aviv, matando três pessoas. Fora o fato que nos dois casos o contato foi mínimo e os voluntários da ISM não tinham nenhuma ideia da identidade de seus “convidados”, o governo israelense usou estes eventos para acusar publicamente a organização de abrigar terroristas e passou a reprimi-la. Em 9 de maio, o exército invadiu o escritório de mídia da ISM em Beit Sahour, capturando computadores, fitas de vídeo, CDs e arquivos. Embora não seja confirmado, pensa-se que entre os materiais confiscados estava uma lista clara dos antigos e atuais voluntários da ISM, incluindo seus endereços e números de passaporte. Isso possibilitou ao aparato de segurança israelense expandir sua “lista negra” de internacionais indesejáveis, o que resultou num aumento das deportações e recusas de entrada em Israel nos meses subsequentes. Vendo em conjunto, esses eventos colocaram a ISM em crise e reduziram seriamente o fluxo de internacionais na Palestina – apesar de alguns continuarem chegando ainda hoje.

Na mesma primavera de 2003, israelense que vinham cooperando em ações diretas com os grupos de afinidade da ISM e com outras internacionais sentiram cada vez mais a necessidade de dar mais visibilidade à sua própria resistência enquanto israelenses, através da criação de um grupo autônomo que trabalhasse junto com palestinas e internacionais. Enquanto isso, a construção da “Barreira de Segregação” ou do “Muro do Apartheid” na parte oeste da Cisjordânia ocupada tinha realmente começado. Após algumas poucas ações e manifestações contra a barreira em Israel e na Palestina, um pequeno grupo começou a se reunir e construir uma reputação de confiança de ativistas de ação direta israelenses que queriam lutar junto com palestinos locais. Em março de 2003, o vilarejo de Mas’ha convidou o grupo para construir um acampamento de protesto nas terras que haviam sido confiscadas pelo traçado da cerca (96% das terras de Mas’ha foram tomadas). O acampamento tornou-se um centro de luta e informação con-

tra a construção da barreira planejada para aquela área e em toda a Cisjordânia. Nos quatro meses do acampamento, mais de mil internacionais e israelenses vieram aprender sobre a situação e se juntar à luta.

Durante esse período, o grupo de ação direta começou a chamar a si mesmo de Anarquistas Contra o Muro e Judeus contra os Guetos. Em inglês, ele normalmente é conhecido como Anarchist Against the Wall (o duplo sentido só funciona em inglês)³. Após o despejo do acampamento de Mas'ha no verão de 2003, em meio a 90 prisões, anarquistas continuaram a participar em muitas ações conjuntas nos territórios ocupados. Com mais de 50 participantes ativos em qualquer das atividades, esta rede sempre cambiante de ação direta esteve presente semanalmente em manifestações e ações em vilarejos como Salem, Anin, Biddu, Beit Awwa, Budrus, Dir Balut e Beit Likia, assim como com comunidades palestinas cercadas pelos muros em Jerusalém e em volta dela. Em algumas dessas ações, palestinas e israelenses conseguiram romper ou atravessar partes da cerca, ou arrombar portões pelo seu perímetro. Desde 2005, o grupo esteve mais ativo na vila de Bil'in, que virou um símbolo da luta conjunta.

Também aconteceram constantemente ações em Israel, e elas frequentemente mostravam a forma multifacetada do anarquismo, uma agenda consciente de integração de lutas diversas. Ao criar redes que integram diferentes movimentos e assembleias nas quais estavam ativos, anarquistas podem facilitar o reconhecimento e o apoio mútuo entre diferentes lutas. Em Israel/Palestina, tais atividades mostram a forte conexão entre ocupação, crescente desigualdade econômica, exploração de trabalhadores estrangeiros e domésticos, status das mulheres, racismo e discriminação étnica, homofobia, poluição e consumismo.

Um exemplo de ligação da luta contra a ocupação com diferentes pautas libertárias é a atividade da Kvisa Shkhora (Black Laun-

3 Anarquistas Contra o Muro. O duplo sentido a que o autor se refere é o da luta contra a segregação (ser contra o muro que separa os povos) e o de anarquistas contra a parede, como quando se é enquadrado/preso pela polícia.

dry) – um grupo de ação direta de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e outros contra a ocupação e por justiça social. O grupo foi criado para a parada do Dia do Orgulho LGBTQIA+ em Tel-Aviv em 2001, alguns meses após o começo da segunda Intifada. Espremendo-se naquela, até momento, celebração despolitizada e comercializada, cerca de 250 queers radicais vestidos de preto uniram-se à marcha sob a bandeira “Sem Orgulho na Ocupação”. A partir dali, o grupo realizou ações e promoveu auxílios com uma forte orientação antiautoritária, que enfatizava a conexão entre diferentes formas de opressão. Em anos mais recentes, a comunidade radical queer em Israel cresceu em número e se tornou mais fortemente enredada, incluindo a organização de festas queer, públicas e gratuitas (a Queer’hana), frequentemente coincidindo com os eventos oficiais do Dia do Orgulho LGBTQIA+.

O movimento radical queer israelense teve um duplo papel: de um lado, promovendo a solidariedade com palestinos, assim como a política anticapitalista na comunidade LGBT em geral; e por outro lado, enfatizando a libertação queer no movimento contra a ocupação. De acordo com um membro, embora muitos ativistas inicialmente não entendessem o significado das manifestações queers como Queers Contra a Ocupação, “depois de muitas ações e discussões, nossa visibilidade agora é aceita e bem-vinda. Isso eu não diria com relação aos nossos parceiros palestinos, então geralmente voltamos para o armário nos territórios” (Ayalon 2004). Esta realidade também levou anarquistas queers a fazer contato e oferecer solidariedade aos palestinos LGBTs, que encontram ainda menos aceitação em sua sociedade do que queers israelenses.

As conexões com anarquistas queers pelo mundo foram fortalecidas através do esforço de organização da nona Queeruption – um encontro radical queer gratuito e faça-você-mesma, que aconteceu em Tel-Aviv no verão de 2006, coincidindo com os eventos agendados da Parada Mundial do Orgulho LGBTQIA+ em Jerusalém. Este último, entretanto, na verdade foi cancelado – devido à Segunda Guerra do Líbano, que estourou após várias semanas de incitamento homofóbico pelos líderes ultra-ortodoxos judeus, cris-

tãos e muçulmanos e pela direita, os quais formaram uma aliança inaudita e absurda⁴ de oposição. Quando a organização da Parada Mundial do Orgulho LGBTQIA+ convocou uma vigília contra a homofobia ao invés da parada, a Queeruption formou grande parte da vigília e, com bandeiras de outros países balançando pelo ar, alguém trouxe uma bandeira libanesa e então o evento virou uma manifestação espontânea contra a guerra. A polícia imediatamente declarou a vigília “ilegal” e de repente estávamos cercados por policiais e apanhando. O ato da comunidade gay saiu rapidamente, e depois condenou totalmente as ações de “um pequeno grupo de anarquistas que sequestraram o evento”.

Outra relação importante que podemos citar aqui é aquela entre libertação animal e anarquismo. Globalmente, os dois movimentos claramente possuem semelhanças (uma posição de enfrentamento, uso da ação direta, descentralização extrema, raízes na subcultura punk). Mais recentemente, grupos de libertação animal como o SHAC⁵ começaram a atacar a infraestrutura corporativa de testes em animais. Embora isso seja uma escolha tática, também implica uma análise mais profunda da conexão entre exploração animal e outras formas de dominação - uma diretiva explorada em escritos, com crescente intensidade, nos últimos anos (Dominick 1995, Anonymous8 1999, homefries 2004). Tendências recentes na repressão estatal, incluindo o estreitamento dos direitos de manifestação e legislação contra sabotagem econômica, estão começando a gerar solidariedade e cooperação significativas entre os dois movimentos, e ativistas individuais do movimento de direito dos animais têm recentemente feito contatos deliberados com anarquistas, um processo que está criando fertilizações cruzadas interessantes.

Em Israel, o pequeno tamanho da cena radical criou uma grande interseção entre os dois movimentos. O exemplo mais proe-

4 Unholy alliance: acordo entre duas pessoas ou organizações que normalmente não trabalhariam juntas, comumente para um mau propósito (Longman Dictionary of Contemporary English).

5 Stop Huntingdon Animal Cruelty, em português seria algo como “Pare com a Crueldade aos Animais no laboratório Huntingdon”.

minente foi o Ma'avak (One Struggle, Uma Luta), um grupo de afinidade que combina explicitamente pautas anarquistas e de libertação animal, cujos membros também são bem ativos nas lutas contra a ocupação. Novamente, esta combinação de pautas está colocada com o objetivo explícito de “ressaltar a conexão entre todas as diferentes formas de opressão, e assim também entre as várias lutas contra elas” (One Struggle, 2002). A ênfase do grupo na libertação animal novamente cria uma ponte de forma crítica: chamar a atenção para os direitos dos animais junto com movimentos pela paz e justiça social, e encorajar a resistência à ocupação na comunidade vegetariana e vegana. Ao montar barraquinhas do Food Not Bombs, anarquistas israelenses e ativistas pela libertação animal criaram importantes ligações entre pobreza, militarismo e exploração animal, temas bastante pungentes no contexto israelense.

Outra combinação poderosa de pautas a ser mencionada é a atividade da New Profile [Novo Perfil], uma organização feminista que desafia a ordem social militarizada de Israel. Esta organização realiza trabalhos educacionais sobre as conexões entre o militarismo da sociedade israelense e o patriarcado, desigualdades e violência social, e atos para “disseminar e concretizar princípios feministas-democráticos na educação israelense mudando um sistema que promove a obediência inquestionável e a glorificação do serviço militar” (Aviram 2003). As atividades nessa área incluem debates em escolas para promover um pensamento crítico e não hierárquico e oficinas sobre consenso, resolução de conflitos e processo democrático para grupos. Neste segundo papel, a New Profile é o mais radical entre os quatro grupos de refuseniks⁶ de Israel, e o primeiro pelo qual muitos anarquistas que rejeitam o serviço militar têm se organizado (embora o grupo em si não seja anarquista). As campanhas da New Profile pelo direito de objeção de consciência [rejeitar o serviço militar] operam uma rede de apoio para refuseniks antes, durante e depois de serem presos, montam seminários para a juventude que ainda estão em dúvida se recusam ou não ou se fogem do serviço, e campanhas para apoiar e

6 Termo usado em Israel para designar aqueles que se recusam a servir ao exército. O termo em hebraico é mishtamtin.

reconhecer a luta das mulheres refuseniks. A posição radical feminista e antimilitarista do grupo, além de ser uma importante mensagem para a sociedade, também cria uma ponte significativa entre os movimentos feminista e recusante, desafiando o núcleo das narrativas nas quais muitos refuseniks - predominantemente homens de esquerda sionistas - continuam a acreditar.

A ação direta em Palestina/Israel levanta dois pontos em especial com respeito à violência política. O primeiro está ligado aos debates sobre violência discutidos no capítulo 4 do meu livro *“Anarquia Viva!”*.⁷ Hoje, anarquistas israelense e internacionais apenas realizam ações não-violentas na Palestina. Esta posição de não-violência desempenha um papel totalmente diferente na Palestina do que, por exemplo, nos países do G8. Isso porque ela acontece no contexto de um conflito altamente violento, no qual a luta armada é a norma em vez da exceção. Ao mesmo tempo, a ISM e outros grupos reconhecem a legitimidade da resistência armada palestina, excluindo alvejar civis (o que a lei internacional também faz, até onde seja importante para ela). De maneira interessante, endossar a “diversidade de táticas” coloca anarquistas em uma posição mais confortável na paisagem da luta em Palestina/Israel do que colocaria os pacifistas mais rígidos. Ao se engajarem em formas não-violentas de ação ao mesmo tempo que não denunciam a resistência armada, anarquistas israelense têm, a seu modo, escolhido também pela diversidade de táticas. Diferente de pacifistas mais rígidos, eles podem aceitar mais confortavelmente a não-violência ao lado da luta armada - embora neste caso são eles que adotam a opção não-violenta. Na Palestina, assim, anarquistas têm estado estritamente no lado não-violento da equação da “diversidade de táticas”, reagindo à acusação de que esta fórmula é meramente um eufemismo para violência (Lakey 2002). A não-violência tem ainda o objetivo de dar visibilidade aos aspectos não-violentos da luta palestina, com o qual as audiências ocidentais podem se identificar mais facilmente.

O segundo ponto aqui diz respeito ao grau descomunal de violência estatal enfrentado por anarquistas israelenses e internacionais, e a resultante disseminação de estresse pós-traumático e desengajamento nas suas fileiras. Embora signifique muito pouco comparado com a brutalidade letal dirigida à população palestina, a frequência das experiências de anarquistas israelenses de repressão estatal é certamente considerável em comparação àquelas de suas contrapartes na Europa e América do Norte. A exposição a gás lacrimogêneo e cacetadas tornou-se uma questão de regularidade semanal, junto com o uso de bombas de efeito moral, balas de borracha e até mesmo balas de verdade. Houve uma vez em que um manifestante israelense recebeu um tiro na coxa e quase morreu por hemorragia, enquanto outro foi acertado na cabeça por uma bala de borracha e também esteve em estado crítico. Adicionalmente, houve incontáveis ferimentos menores feitos por soldados e policiais de fronteira durante as manifestações contra o muro. O exército também tem usado as manifestações na Cisjordânia como uma oportunidade para testar novas armas “menos letais” como balas de pimenta (uma bolinha de plástico transparente contendo um pó extremamente irritante) e o Tze’aka (“grito” em hebraico) – uma rajada de um minuto de duração de ruído ensurdecedor emanando de um dispositivo montado em um veículo que causa náusea e desequilíbrio (Rose 2006).

Além dos ferimentos, estas experiências têm levado a um amplo estresse pós-traumático entre os participantes, um fenômeno que está começando a ser reconhecido e enfrentado em movimentos de ação direta. Na esteira da repressão, as pessoas têm experimentado não apenas danos físicos mas também ansiedade, culpa, depressão, irritabilidade e sentimentos de alienação e isolamento. O estresse pós-traumático pode também envolver: pensamentos confusos, flashbacks e imagens intrusivas, pesadelos, ataques de pânico e paranoia [hyper-vigilance]; e efeitos físicos incluindo fadiga, pressão alta, dificuldades respiratórias e visuais, alteração do ciclo menstrual e tensão muscular. Como resultado da acumula-

ção de estresses não tratados, a iniciativa Anarchists Against the Wall teve elevados níveis de desengajamento e desistências, criando uma descontinuidade no grupo. Apenas um punhado dos participantes fundadores continua ativo até hoje, enquanto novas e jovens ativistas entram e em seguida experimentam as mesmas dificuldades. Confusamente, esta dinâmica tem sido frequentemente aumentada devido à reprodução acrítica de um ethos de sacrifício, de ter que aguentar porrada e ser uma pessoa durona, criando uma relutância generalizada a mostrar os efeitos psicológicos da exposição regular à repressão por medo de ser considerado “fraco”. Mais recentemente, entretanto, a atenção aos próprios sentimentos está crescendo no movimento israelense, e muitas pessoas têm conseguido nomear mais facilmente aquilo que estão experienciando e se sentido seguras para pedir apoio. Espera-se que tais mudanças criem um movimento mais contínuo e um espaço para a elaboração de agendas de mais longo prazo.

Já temos o bastante sobre o cenário local e algumas de suas questões primárias. Agora gostaria de ampliar o debate e abordar os dilemas que anarquistas enfrentam ao se solidarizarem nas lutas de libertação nacional, em particular aquelas que visam estabelecer um novo Estado-nação.

ANARQUISMO, NACIONALISMO E NOVOS ESTADOS

Com o conflito em Palestina/Israel em alta na agenda pública, e com envolvimento anarquista significativo nas campanhas de solidariedade na Palestina, é surpreendente que as escassas e polêmicas contribuições anarquistas sobre o assunto continuem, no melhor caso, irrelevantes às experiências e aos dilemas concretos dos movimentos na região. No pior, elas “fogem” completamente do anarquismo. Assim, o plataformista estadunidense Wayne Price (2002) grosseiramente chega ao ponto de proclamar:

No meio da fumaça e do sangue de Israel/Palestina nesses dias, um ponto deve ficar claro, que Israel é o opressor e que os árabes palestinos são os oprimidos. Sendo assim, anarquistas e todas as pessoas decentes devem estar do lado dos palestinos. Críticas às suas lideranças ou aos seus métodos de luta são todos secundários; assim como o reconhecimento de que judeus israelenses também são pessoas e também possuem certos direitos coletivos. O primeiro passo, sempre, é estar ao lado do oprimido quando ele luta pela sua liberdade.

Pedir a todas as pessoas decentes que olhem a humanidade e os direitos coletivos de outra pessoa como secundários a qualquer outra coisa, seja lá o que for, isso não é anarquismo. Aonde leva a tomada de lado de Price quando ignora a distinção entre o governo israelense e os cidadãos israelense, ou a solidariedade com israelenses que lutam contra a ocupação e a injustiça social?

Certamente estes israelenses não estão agindo porque estão “do mesmo lado que os palestinos”, mas, pelo contrário, devido a um senso de responsabilidade e solidariedade. Para anarquistas entre eles, claramente ela também é uma luta pela auto-libertação de uma sociedade militarista, racista, sexista, enfim, desigual. A indiferença completa de Price com aqueles que conscientemente intervêm contra a ocupação e em diversos conflitos sociais dentro da sociedade israelense repousa em generalizações grosseiras sobre como “o nacionalismo cego leva cada nação a ver a si mesma e o outro como blocos”. Entretanto, as pessoas que vivem dentro de um conflito dificilmente são tão ingênuas - o autor está apenas projetando a sua própria visão preto-no-branco “estrangeira” sobre o conflito, e o lado marcado como preto está submetido a uma linguagem estúpida e desumanizante (ver também Hobson, et al. 2001). Infelizmente, este tipo de atitude tornou-se um fenômeno bem difundido no discurso do movimento europeu e estadunidense de solidariedade à Palestina e da ampla esquerda, representando o que críticos anarquistas têm ressaltado como uma forma típica de judeufobia ou antissemitismo (Austrian e Goldman 2003, Michaels 2004, Shot by both sides 2005).

Entretanto, Price se sente tão confiante de ter encontrado a forma justa e apropriada de resolver o problema que ele se permite apresentar programas e demandas elaboradas nos mais ínfimos detalhes: Israel deve largar mão das linhas de 1967, de um Estado palestino e do direito de retorno, terminando em “algum tipo de ‘democracia-secular’ ou federação comunal ‘binacional’” com “algum tipo de economia autogerida não capitalista”. Enquanto isso, “devemos apoiar a resistência do povo palestino. Ele tem o direito de autodeterminação, ou seja, de escolher seus líderes, seus programas, e seus métodos de luta, não importa o que pensemos”.

Um cheque em branco, então, para as bombas suicidas e para qualquer elite palestina presente ou futura. O tom imperativo da declaração também levanta a questão: a quem, precisamente, o “nós” a que Price se refere está colocando tais demandas elabora-

das? Ao Estado de Israel, amparado talvez pela poderosa ameaça de ocupar embaixadas e do boicote a acadêmicos, laranjas e softwares? Ou talvez à comunidade internacional, ou quem sabe aos Estados Unidos? Em todo caso, essa seria uma “política de demanda” que atribui reconhecimento e legitimação ao poder do Estado através do próprio ato da demanda – uma estratégia há muito excluída do anarquismo.

Uma miopia com respeito ao que está acontecendo em campo também é um problema para Ryan Chiang McCarthy (2002). Embora discorde da dificuldade de Price de distinguir os povos dos seus governantes, o chamado de McCarthy por solidariedade às forças libertárias em campo se estende, infelizmente, apenas às lutas que estejam dentro do seu olhar preconceituoso de sindicalista: “movimentos operários autônomos da Palestina e Israel[...] Um movimento de trabalhadoras que supere as estreitas linhas do conflito e lute pelas demandas não mediadas dos trabalhadores”. Além de estar totalmente separado da realidade - as possibilidades de movimentos autônomos de trabalhadores são tão minguadas em Israel/Palestina como no resto do mundo desenvolvido –, esse fetiche trabalhista também é diretamente danoso. Ele reproduz a invisibilidade de muitas lutas importantes em Palestina/Israel que não rodam em torno do trabalho, e nas quais muitos anarquistas estão participando. Entretanto, um obstinado reducionismo de classe demarca linhas de luta não menos estreitas que aqueles [outros reducionismos] que critica, e acaba protagonizando um tipo de violência ao forçar suas ações dentro de estruturas artificiais. Assim, palestinos e israelenses são primeiramente e antes de tudo “trabalhadores[...] manipulados por seus governantes para massacrar uns aos outros”; a recusa ao exército é um “ato cintilante de solidariedade de classe levado para além das linhas nacionais” (a maioria dos *refuseniks*⁸ são classe média e sionistas auto-declarados); ao mesmo tempo que “o veneno nacionalista[...] leva a juven-

8 Termo russo não oficial para militares, geralmente judeus, das patentes entre sargenteo e major.

tude proletária palestina a se destruir e destruir os companheiros trabalhadores israelenses em bombas suicidas”. Isso até pode ser anarquismo, mas é uma variedade fossilizada que força certas fórmulas obsoletas de luta de classes numa realidade que está muito longe de tais orientações.

A raiz do problema mostrada nesses escritos é que o conflito palestino-israelense introduz complexidades que não são facilmente expressadas através de um ponto de vista tradicional anarquista. A tensão entre os compromissos anti-imperialistas de anarquistas de um lado, e sua recusa tradicional feita “a atacado” do Estado, e do nacionalismo do outro, poderia colocá-los num impasse com respeito às lutas de libertação nacional dos povos ocupados. A falta de um pensamento novo sobre o assunto cria uma posição da qual poderia parecer que a única opção seria cair numa fórmula única para todas as situações. Para entender por que isso acontece, deixe-me olhar agora para as críticas anarquistas ao nacionalismo.

Predomina na literatura anarquista uma distinção entre o nacionalismo “artificial”, construído pelo Estado por um lado, e o sentimento “natural” de pertencimento a um grupo que possui características étnicas, linguísticas e/ou culturais. Mikhail Bakunin (1953: 1871: 324) argumentou que a pátria representa uma “maneira de viver e sentir” - ou seja, uma cultura local - que é “sempre o resultado incontestável de um longo desenvolvimento histórico”. Da mesma forma, o profundo amor pela pátria entre as “pessoas comuns[...] é um amor natural, real”. Entretanto, o corrompimento deste amor sob as instituições estatais é o que anarquistas comumente rejeitam como nacionalismo – uma lealdade primária ao Estado-nação de cada um. Sob esta ótica, o nacionalismo é um dispositivo ideológico reacionário planejado para criar uma falsa unidade de identidade e interesse entre classes antagônicas dentro de um mesmo país, atizando as classes operárias oprimidas de diferentes Estados umas contra as outras e desviando sua atenção da luta contra seus reais opressores. Assim, para Bakunin “o patriotismo político, ou o amor pelo Estado, não é a expressão sincera” do amor das pessoas comuns pela pátria, mas, ao invés disso, uma

expressão “distorcida através de falsas abstrações, sempre para o benefício de uma minoria exploradora” (ibid.).

O desenvolvimento mais elaborado sobre este tema foi feito por Gustav Landaur, que usou o termo “povo” [folk] para se referir ao tipo de identidade orgânica local e cultural que é suprimida pelo nacionalismo patrocinado pelo Estado e que retomaria importância numa sociedade livre. Ele viu a identidade do povo como um espírito (Geist) único que consiste de sentimentos, ideais, valores, linguagem e crenças compartilhados, e que unifica indivíduos em uma comunidade (Landauer 1907). Ele também considerou possível de se ter várias identidades, vendo a si mesmo como um ser humano, um judeu, um alemão e um alemão do sul. Em suas palavras,

Sou feliz por cada coisa imponderável e inefável que ocasiona laços ou unidades exclusivos, e também diferenciações dentro da humanidade. Se eu quero transformar o patriotismo então não vou direto ao próprio fato da nação[...] mas contra a mistura da nação com o Estado, contra a confusão da diferenciação e oposição. (Landauer 1973/1910: 263)

Rudolf Rocker adotou a distinção de Landauer no seu Livro Nacionalismo e Cultura, onde um povo [folk] é definido como “o resultado natural da união social, uma associação mútua de pessoas causada por uma certa similaridade de condições externas de modo de vida, uma linguagem comum, e características especiais devido ao clima e ao ambiente geográfico” (Rocker 1937, 200-1). Entretanto, Rocker deixa claro que só é possível falar do povo [folk], como uma entidade, em termos que são específicos a um dado local e tempo. Isso porque, ao longo do tempo, “reconstruções culturais e estímulos sociais sempre acontecem quando diferentes povos e raças entram em contato direto. Cada nova cultura começou devido a essa fusão de diferentes elementos populares e toma sua forma especial a partir disso” (346). O que Rocker chama de “nação”, por outro lado, é a ideia artificial de uma comunidade

unificada de interesse, espírito ou raça, criada pelo Estado. Assim, como Landauer e Bakunin, foi a lealdade primária ao Estado-nação de cada um que Rocker condenou como “nacionalismo”. Ao mesmo tempo, estes escritores esperavam que, com a abolição do Estado, se abrisse um espaço para a autodeterminação e o desenvolvimento mutuamente fertilizante de culturas populares locais.

Essas visões de nacionalismo, entretanto, tiveram como seus pontos de referência primários os nacionalismos europeus, associados com Estados existentes. A questão do nacionalismo nas lutas por libertação nacional de povos sem Estado recebeu muito menos atenção de anarquistas. Kropotkin, por exemplo, via os movimentos de libertação nacional positivamente, argumentando que a remoção da dominação estrangeira era uma condição prévia para a luta social mais ampla (Grauer 1994). Por outro lado, muitos anarquistas argumentaram que as agendas de libertação nacional apenas ofuscavam a luta social e acabavam criando novas elites locais, o que continuaria com os mesmos padrões de hierarquia e opressão.

Esta tensão se torna muito forte e visível no caso de Israel/Palestina. A maioria esmagadora de palestinos querem um Estado próprio à margem de Israel. Então, como anarquistas conseguiriam reconciliar seu apoio à libertação palestina com seus princípios antiestatais? Como poderiam promover a criação de mais um Estado em nome da “libertação nacional”? A tentativa de não ser um apoiador da soberania palestina através do Estado é o que motiva a posição obreirista [workerist] de McCarthy, assim como de sindicalistas britânicos da Solidarity Federation [Federação de Solidariedade] que declaram que “apoiamos a luta do povo palestino[...] [e] estamos junto com aqueles israelenses que protestam contra o governo racista... O que não podemos apoiar é a criação de mais um Estado em nome da ‘libertação nacional’” (Solidarity Federation 2002).

Porém, existem dois problemas com essa atitude. Primeiro, ela convida ao paternalismo uma vez que implica que anarquistas são, de alguma forma, melhores que palestinos para discernir os seus reais interesses. Segundo, e mais importante, ela deixa anarquistas

com nada além de declarações vazias como “nós estamos com e apoiamos todos aqueles que são oprimidos por aqueles que têm o poder de fazê-lo” (ibid.), relegando anarquistas a uma posição de irrelevância no tempo presente. Por um lado, é claro que o estabelecimento de um Estado capitalista palestino através de negociações entre os governos existentes e o que venha a existir poderia apenas significar a “submissão da Intifada a uma liderança palestina vendida que servirá a Israel”, assim como exploração neoliberal através de iniciativas como a Área de Livre Comércio do Mediterrâneo (Anarchist Communist Initiative, 2004). Por outro lado, ao desvincular-se das demandas concretas palestinas por um Estado, os mesmos anarquistas israelenses acabam ficando sem nada para propor a não ser “um modo de vida totalmente diferente e igualdade para todas os habitantes da região... uma sociedade anarquista-comunista sem classes” (ibid.). Isso é muito bonito e tal, mas o que acontece nesse meio-tempo?

Embora anarquistas certamente possam fazer algo mais específico em solidariedade aos palestinos do que apenas dizer que “precisamos de uma revolução”, qualquer ação que seja estaria infelizmente contaminada pelo estatismo. O fato de que anarquistas, todavia, se engajem em solidariedade com as comunidades palestinas, internacionalmente ou em solo, requer que enfrentemos esse problema de frente. Aqui, acredito que existem pelo menos quatro formas coerentes pelas quais anarquistas podem lidar com o dilema de apoiar um Estado palestino.

A primeira resposta e a mais direta é reconhecer que existe de fato uma contradição aqui, mas insisto que nessa situação em específico a solidariedade é importante mesmo que custe nossa coerência. A aceitação, por parte de anarquistas, da soberania palestina através de um Estado pode ser vista como uma posição pragmática necessária. Não ajuda ninguém dizer aos palestinos “desculpe, deixaremos que vocês continuem sendo não-cidadãos de uma ocupação brutal até que consigamos abolir o capitalismo”. Algo a ser pontuado aqui é que os Estados possuem uma história

de hostilidade com relação a povos sem Estado, refugiados e nômades. Judeus e palestinos são dois entre vários exemplos de povos oprimidos sem Estado na época Moderna. Embora muitos judeus eram cidadãos (geralmente, cidadãos de segunda classe) de países europeus no início do século XX, uma precondição importante para o Holocausto foi a privação de cidadania a eles, deixando-os sem Estado. Como resultado, anarquistas podem reconhecer a soberania palestina através do Estado como o único caminho viável para aliviar sua opressão no curto prazo. Isso acarreta um julgamento específico de valor onde preocupações anti-imperialistas ou mesmo preocupações humanitárias básicas ganham precedência sobre um antiestatismo descompromissado.

Uma segunda resposta um pouco diferente diz que não existe nenhuma contradição em anarquistas apoiarem a instituição de um Estado palestino. Simplesmente porque os palestinos já vivem sob um Estado – Israel – e que a formação de um novo Estado palestino seria apenas uma mudança quantitativa e não qualitativa. Anarquistas rejeitam o Estado como um esquema geral de relações sociais – não este ou aquele Estado, mas o princípio por trás de todos eles. Reduzir essa objeção a termos quantitativos seria um mal-entendido; o número de Estados no mundo muda muito pouco a avaliação anarquista de quão próximo o mundo está dos seus ideais. Existir apenas um Estado mundial, por exemplo, seria tão problemático para anarquista quanto a situação presente (se não pior), ainda que o processo de criação de um único Estado levasse à abolição de uns 190. Assim, de uma perspectiva anarquista puramente antiestatista, os palestinos viverem sob um Estado palestino ao invés de um Estado israelense seria, no pior dos casos, tão rejeitável quanto. Um Estado palestino, não importa o quão capitalista, corrupto ou pseudo-democrático, seria, em qualquer situação, menos brutal que um Estado Israelense ocupando.

Uma terceira resposta, embasada pela visão de Kropotkin mencionada acima, é a que anarquistas podem apoiar um Estado palestino como um escolha estratégica, como um estágio desejável

numa luta de longa duração. Ninguém poderia sinceramente esperar que a situação em Israel/Palestina saísse da posição atual para uma anarquista em um passo abrupto. Assim, o estabelecimento de um Estado palestino através de um tratado de paz com o Estado Israelense, embora longe de ser uma solução real para os problemas sociais, pode vir a ser um desenvolvimento positivo na direção de mais mudanças radicais. A redução da violência cotidiana em ambos os lados poderia levar à abertura de mais espaços políticos para lutas econômicas, feministas e ambientalistas, e constituiria assim um desenvolvimento positivo de um ponto de vista estratégico. O estabelecimento de um Estado palestino poderia vir a ser a ponte em direção ao florescimento de uma miríade de lutas sociais, tanto em Israel quanto em qualquer comunidade política que emergja sob o mandato de uma elite palestina. Para anarquistas, tal processo poderia ser um passo significativo para uma estratégia de longo prazo para a destruição do Estado israelense, palestino, e de todos os outros Estados junto com o capitalismo, o patriarcado e assim por diante.

Uma quarta e última resposta seria mudar totalmente os termos da discussão argumentando que anarquistas apoiarem ou não um Estado palestino é uma questão controversa, e leva a um falso debate. O que anarquistas supostamente fariam com o seu “apoio”? Se é para resolver o debate em uma direção significativa, então a questão principal é se anarquistas conseguem e devem agir em apoio a um Estado palestino. Mas o que seriam tais ações, além de declarações, petições, manifestações e outros elementos da “política de demandas” que anarquistas procuram transcender? Dificilmente se poderia instituir um Estado através da ação direta anarquista, e os políticos que eventualmente decidiriam pela criação de um Estado palestino não estão pedindo exatamente a opinião de anarquistas. Sob este aspecto, discussões sobre se anarquistas devem “apoiar” em curto prazo um Estado palestino soaria incrivelmente ridículo, já que o único mérito de tal discussão seria chegar a uma plataforma comum. Dessa perspectiva, anar-

quistas podem agir em solidariedade a palestinos (assim como a tibetanos, a papuans ocidentais e sarauís) sem ter que fazer referência à questão da soberania através do Estado. Os atos de resistência cotidianos aos quais anarquistas se juntam e defendem na Palestina – por exemplo. removendo bloqueios de estradas ou defendendo colhedoras de azeitonas do ataque de colonos judeus – são passos imediatos para ajudar a preservar os modos de vida e a dignidade das pessoas, e não um passo em direção à formação de um Estado. Uma vez que se olhe de uma perspectiva estratégica de longo prazo, as ações de anarquistas têm implicações úteis estando acopladas ou não a agendas de independência.

Em uma palavra, israelenses realizando ação direta ao lado de palestinos é uma mensagem pública forte em si mesma. A maioria do público certamente vê anarquistas israelenses como, no melhor dos casos, uma juventude desnorteada e ingênua e, no pior, como traidores. Este último acontece porque a luta conjunta palestinos-israelenses transgride tabus fundamentais colocados pelo militarismo sionista. Ao lado do exemplo vivo de não-violência e cooperação entre os dois povos, a luta força os espectadores israelenses a confrontar seus complicados traumas coletivos. Israelenses que protestam de mãos dadas com palestinos são uma ameaça porque eles não estão com medo nem dos árabes, nem de um segundo holocausto que supostamente eles estariam destinados a perpetrar. Note como as coisas aparecem quando anarquistas são difamados por outros israelenses: o medo da aniquilação, o inimigo como um assassino calculista, e a culpabilização da vítima desenvolvida através da afirmação de autodefesa e guerra justa como axiomas não examinados. E isto é ameaçador num nível muito mais profundo que qualquer furo na cerca de segregação – mas novamente, anarquistas não ganham sua reputação de baderneiros por nada.

ALTERNATIVAS

Para concluir, gostaria de dar uma olhada mais geral no papel da identidade com base na localização e no pertencimento dentro da teoria anarquista, e ver se algo pode ser aplicado a Israel/Palestina. Embora anarquistas tradicionalmente tenham rejeitado o nacionalismo, a construção do conceito de povo [folk] por escritores como Landauer e Rocker também possuem suas limitações. A ideia de povo sempre assume algum grau de homogeneidade, mesmo se o termo for estendido (como argumenta Rocker) para acomodar as identidades criadas pela mistura e fusão de culturas e pelas mudanças populacionais ao longo do tempo. Entretanto, no mundo de hoje a utilidade deste conceito é questionável. A ideia de uma identidade local coletiva baseada em cultura, linguagem e espírito compartilhados é irrelevante em muitas partes do mundo, onde séculos de colonialismo e imigração criaram populações multiculturais que compartilham muito pouco nesses termos. Será que anarquistas podem adotar uma forma diferente de pertencimento que leve em conta essa situação ao mesmo tempo que seja consonante com suas perspectivas políticas mais amplas?

Aqui, a ideia de biorregionalismo se apresenta como uma alternativa promissora. O biorregionalismo é uma forma de abordar a identidade local que foi muito usada no movimento ambientalista radical, e é baseada não em divisões étnicas ou políticas mas nas propriedades naturais e culturais de um lugar. Uma biorregião

é comumente definida como uma área geográfica contínua que possui aspectos naturais únicos em termos de terreno, clima, solo, vertentes de água, plantas e animais, assim como povoados e culturas humanas que vieram se desenvolvendo em resposta a essas condições locais. Assim, uma biorregião é também um terreno de consciência, como pode ser visto nos relatos de povos indígenas sobre sua conexão com a terra e nos conhecimentos e costumes locais. Como resultado, a abordagem biorregionalista enfatiza uma relação íntima entre as pessoas e seu meio ambiente natural, promovendo sustentabilidade e autonomia local ao contrário dos estilos de vida alienados e monoculturais comuns nas sociedades modernas industriais (Berg 1978, Andruss et al. 1990, Thayer 2003). De acordo com Kirkpatrick Sale (1983),

Para se tornar “morador na terra [land]”[...] para conhecer completamente e honestamente a terra [earth], a tarefa crucial e abrangente, talvez a única, é compreender o lugar, o lugar imediato e específico, onde vivemos[...] Precisamos de alguma forma viver o mais próximo possível dele, estar em contato com seu solo particular, suas águas, seus ventos. Precisamos aprender seus modos, suas capacidades, seus limites. Precisamos fazer de seus ritmos nossos padrões, de suas leis nosso guia, de suas frutas nossa generosidade.

Desde o início da década de 1970, o biorregionalismo se tornou pauta de numerosas organizações, comunidades, fazendeiros, artistas e escritoras. A fundação Planet Drum, em São Francisco, foi uma das primeiras a usar a abordagem biorregional, publicando literatura sobre a aplicação de ideias baseadas no local [place-based] para práticas ambientalistas, expressão cultural e política. Outra das primeiras organizações foi o grupo Frisco Bay Mussel, no norte da Califórnia, e o congresso da Ozark Area Community, na divisa Kansas-Missouri. Atualmente existem centenas de grupos similares na América do Norte e do Sul, na Europa, no Japão e na Austrália (Berg 2002). Desde 1984, já aconteceram dez Congressos

Norte-Americanos Biorregionais nos Estados Unidos e Canadá (ver www.bioregional-congress.org), e existe até mesmo um famoso “BioRegional Quiz” (Charles et al. 1981), com questões como:

- *Rastreie a água que você bebe desde a precipitação até a torneira.*
- *Nomeie cinco plantas comestíveis na sua região e a estação que estão disponíveis.*
- *Quanto tempo dura a época de crescimento das plantas onde você vive?*
- *Nomeie cinco pássaros locais e cinco migratórios na sua área.*
- *Quais espécies foram extintas na sua área?*

Como se pode ver, a abordagem biorregional está majoritariamente preocupada com consciência ecológica, restauração ambiental, autonomia local e outras agendas deste tipo. Entretanto, ela também lança uma poderosa alternativa - pelo menos potencialmente - tanto para as abordagens identitárias nacionalista e “de povo” [folkist]. Uma identidade baseada na conexão com uma área local não possui nenhum fator essencialista - não estipula nada sobre o conteúdo das identidades pessoal e coletiva que podem florescer dentro e ao lado dela. O único requisito é que tais identidades deveriam ser genuinamente locais e que elas fossem coerentes com relações sustentáveis entre as pessoas e a terra. Como resultado, indivíduos e grupos podem experienciar o pertencimento biorregional ao mesmo tempo que mantêm identidades pessoais e coletivas múltiplas em termos de ocupação, linguagem, etnicidade, estilo de vida, espiritualidade, gosto cultural, gênero, preferência sexual, e assim por diante. O biorregionalismo está, assim, alinhado com as demandas anarquistas por autorrealização e pela celebração de identidades múltiplas e cambiantes.

As pautas fortemente descentralistas e delegacionista [devolutionist] do biorregionalismo deve também torná-lo imediatamente atrativo para anarquistas. As biorregiões não reconhecem fronteiras políticas arbitrárias e não combinam com um controle vindo de cima. A organização da vida social e econômica, de acordo com os princípios biorregionais, pede um alto grau de autonomia local, como afirma a eco-feminista Helen Forsey:

As pessoas de uma comunidade fazem uma discussão comunitária para tomar suas decisões, controlar seus destinos, tanto como grupo quanto como indivíduos[...] se o controle sobre as decisões ou sobre os recursos é imposto de fora, o equilíbrio e os ciclos da vida da comunidade provavelmente serão interrompidos ou destruídos. Sem implicar em isolamento, é necessário que se tenha um bom grau de autonomia para que a comunidade cresça e floresça no contexto dos seus próprios valores eco-feministas. (Forsey 1990: 84-5)

Entretanto, as propostas biorregionais não implicam em uma atitude paroquial e separatista. Embora as biorregiões não tenham fronteiras claras, mas fluam e se fusionam umas nas outras, um modelo biorregional provavelmente promoverá um ethos de cooperação e apoio mútuo no cuidado com os ambientes regionais, baseado tanto no que se tem de comum quanto na diversidade. Em suma, o biorregionalismo oferece uma alternativa viável e atraente seja para a abordagem nacionalista, seja para a “folkista” da identidade coletiva local, enquanto ressoa fortemente com perspectivas anarquistas muito mais amplas.

Será que algo disso pode ser seriamente aplicado na situação Palestina/Israel? A criação de uma sociedade biorregional é bastante difícil em si, já que requer uma transformação

massiva na forma como a sociedade é organizada. Além disso, o biorregionalismo é incompatível não apenas com a guerra e a ocupação, mas também com o capitalismo, a intolerância racial e religiosa, o consumismo, o patriarcado e um sem número de outras características agressivas de uma sociedade hierárquica. Como o próprio anarquismo, um biorregionalismo bem desenvolvido apenas poderia existir através de algum tipo de revolução social. Porém, os prospectos parecem especialmente sombrios num contexto como Israel/Palestina, onde décadas de ocupação e conflitos armados deixaram uma pesada carga de medo mútuo e suspeitas que precisam ser superados antes de que os ideais pacíficos e gentis do biorregionalismo possam chegar perto de alguma realização.

Entre os horrores cotidianos da morte e da humilhação, da ignorância, do medo e do ódio mútuos de ambos os lados, é tentador dizer algo positivo sobre as possibilidades para uma “paz real” na região. Talvez o molde da “ação direta construtiva” possa ser estendido da construção de alternativas ao capitalismo para algo como “fomentar a paz pela base” [grassroots peacemaking] – projetos que construam diálogo entre comunidades de israelenses e palestinos. Não seria uma ideia atraente? Afinal, mesmo para judeus israelenses mais pacíficos a noção de paz está fortemente associada com a separação – “nós aqui, eles lá”. É por isso que o governo israelense chama isso de barreira de “separação” – e a maioria dos “acampamentos de paz” [peace camp] israelenses ficaria satisfeita se a separação fosse apenas uma sobreposição da Linha Verde⁹. Em contraste, será que o diálogo direto e os projetos em comum – ecológicos, por exemplo – não iriam contra a separação, evitando os políticos e construindo a paz de baixo para cima?

9 Green Line é a designação dada à linha de fronteira entre Israel e os países vizinhos (Egito, Jordânia, Líbano e Síria), definida no Armistício israelo-árabe de 1949, no final da Guerra árabe-israelense de 1948. (wikipedia.org)

Já existem, de fato, várias e, às vezes, bem fundadas iniciativas para o diálogo entre crianças palestinas e israelense, exposições conjuntas de artistas palestinos e israelenses e o “Time da Paz” de jogadores de futebol de israelenses e palestinos que se tornou famoso por suas derrotas miseráveis em amistosos contra clubes campeões europeus. Dentro de Israel, a rede de organizações pela “coexistência” judeu-árabe já possui mais de 100 organizações, desde grupos de lobby e advocacia até projetos educacionais e artísticos, passando por fóruns cidadãos locais em cidades e regiões mistas.

Infelizmente, existem complicações especiais que envolvem até mesmo as mais bem intencionadas dessas tentativas. Elas são mais sérias do que o fato de que podem facilmente cair no papel de iniciativas da sociedade civil, as quais mais suplementam do que desafiam as estruturas básicas políticas e sociais. O problema mais profundo, como visto por muitos grupos palestinos de direitos humanos e dissidentes israelenses, é que tais projetos mascaram as realidades da região e mostram igualdade onde não existe. Nas vãs tentativas de se manterem neutros, os projetos de coexistência e diálogo acabam usando uma linguagem pela qual a situação parece ser um conflito entre dois povos lutando pelo mesmo pedaço de terra, e a paz como o resultado de um compromisso territorial e de encontros seguros cara a cara entre palestinos e israelenses, especialmente a juventude. As iniciativas de coexistência, lançadas por ONGs israelenses e amparadas por fundações internacionais, parecem as mais inofensivas até que lembremos de que esta “mão estendida pela paz” vem dos cidadãos da potência que está ocupando. Por mais bem intencionados, os projetos que visam superar a ignorância e suspeita mútuas e resolver traumas coletivos colocam o carro na frente dos bois. Eles fazem um chamado pela normalização das relações

entre palestinos e israelenses como se a ocupação já tivesse acabado. Isto não é apenas paternalista, mas também está destinado ao fracasso prático.

Será que este paradoxo¹⁰ pode ser transcendido? Parece que a prática da luta conjunta oferece uma alternativa ao esquisito desamparo dos projetos de coexistência. O anarquista estadunidense-israelense Bill Templer (2003) tenta evocar uma saída para o problema, num pesado artigo com a linguagem característica anticapitalista:

Reinventar a política em Israel e Palestina significa dar as condições para um tipo de zapatismo judeu-palestino, um esforço de base para “retomar o que é comum” [reclaim the commons]. Isso significaria avançar em direção a democracia direta, uma economia participativa e uma autonomia genuína para as pessoas; buscando a visão de Martin Buber de “uma vida comum orgânica [organic commonwealth][...] que é a comunidade das comunidades”. Poderíamos chamar isso de uma “solução sem Estado”.

O otimismo de Templer sobre esse projeto repousa na percepção de uma ampla crise de fé na “governabilidade neoliberal”, fazendo de Israel/Palestina “um microcosmo da vacuidade disseminada em nossos imaginários políticos adquiridos e nas elites dominantes[...] [mas que] oferece um micro-laboratório único para a experimentação de outro tipo de política”. Embora reconhecendo a inevitabilidade de um acordo bi-estatal no curto prazo, ele traça elementos que já estão transformando Palestina/Israel em “uma incubadora para a criação de um ‘poder duplo’ no médio prazo, ‘minan-

10 No original: radical catch-22. Um Catch-22 é uma situação paradoxal da qual um indivíduo não consegue escapar devido a regras contraditórias do próprio sistema (wikipedia.org).

do' as estruturas capitalistas e as burocracias verticais”.

As especulações de Templer talvez envolvam mais do que alguns pensamentos positivos, mas o ponto relevante é que diferente da coexistência e do diálogo por si mesmos, a luta conjunta não implica normalização. Isso acontece porque ela está claramente infundida com o antagonismo direcionado à lógica de comando tanto do Estado de Israel quanto dos partidos e milícias palestinos que condenam qualquer negociação com israelenses. Assim, ao mesmo tempo que a criação e o cultivo de espaços que facilitam o apoio mútuo entre palestinos e israelenses é de fato necessária, apenas os espaços de rebelião e luta podem honestamente se levantar contra a carga de falsa normalização e “coexistência”.

A luta conjunta nas vilas da Cisjordânia não apenas desmontam o consenso inquestionável com respeito à Barreira de Segregação no público israelense. Quebras muito mais significantes podem ter aparecido na imagem intratável do conflito aos olhos de muitos israelenses. A cooperação israelenses-palestinos em ações militantes mas não-violentas é inerentemente poderosa porque ela realiza uma dramática mudança de perspectiva: o imaginário “horizontal” de um conflito entre israelenses e palestinos é trocado por “vertical” de luta entre povo e governo. O acampamento de Mas’ha é por si mesmo um exemplo de tal transformação. O encontro entre israelenses e palestinos engajando-se numa luta conjunta contra a construção da barreira de segregação na vila tornou-se um contínuo encontro cara a cara, onde membros de ambas comunidades podem se encontrar como indivíduos e criar uma comunidade genuína, mesmo que temporária, sem ilusões sobre a impossibilidade de acabar com a ocupação através apenas de ações de base. Para ambos lados, a luta conjunta pode ser uma experiência intensa de “estar junto”

[togetherness], que, por extensão, pode criar um modelo para esforços futuros - como demonstram estas citações de um participante palestina e outro israelense (Sha'labi e Medicks 2003):

Nazeeh: Nós queremos mostrar que o povo israelense não é nosso inimigo; queremos dar a oportunidade para israelenses cooperarem conosco como bons vizinhos e apoiarem nossa luta[...] Nosso acampamento mostrou que a paz não será construída com muros e separação, mas com cooperação e comunicação entre dois povos que vivem na mesma terra. No acampamento de Mas'ha, nós vivemos juntos, comemos juntos, e conversamos 24 horas por dia durante quatro meses. Nosso medo nunca vinha da gente, mas apenas dos soldados israelenses e dos colonos.

Oren: A geração jovem israelense tem se dado conta que o mundo mudou. Ela vê que o Muro de Berlim caiu. Ela sabe que a segurança atrás de muros é ilusória. Passar um tempo juntos no acampamento provou a todos nós que a verdadeira segurança está na aceitação de cada um como igual, em respeitar o direito de cada um de viver uma vida plena e livre[...] [lutamos] para acabar com muros e barreiras entre povos e nações, criando um mundo que fale uma língua - a língua dos direitos iguais e da liberdade.

Em contraste tanto com a lógica da separação quanto com a das iniciativas inofensivas de diálogo, a resistência conjunta em Palestina/Israel continua sendo uma arena aberta ao puxa-empurra dos limites da cooperação israelenses/palestinos, numa luta que, a despeito das suas condições imperfeitas, pode ainda assim, momentaneamente, manifestar a esperança de que judeus e outros possam um dia viver juntos nessa terra sem classes, Estados ou fronteiras.

BIBLIOGRAFIA

- Anarchist Communist Initiative, Israel (2004) 'Two States for Two Peoples – Two States Too Many' (leaflet), in FdCA, We are all Anarchists against the Wall
- Horrox, James (2007) *A Living Revolution: Anarchism in the Kibbutz Movement* (San Francisco: AK Press)
- Sandercock, Josie et al. (eds, 2004) *Peace Under Fire: Israel/Palestine and the International Solidarity Movement* (London: Verso)
- Aviram, Adina (2003) 'Militarization of knowledge'; <http://www.newprofile.org/showdata.asp?>
- Rose, Steven (2006) 'Israel's Other Weaponry', *Palestine News* (summer)
- Hobson, Christopher Z., Wayne Price and Matthew Quest (2001) 'New Intifada' (debate), *The Utopian* 2; <http://www.ainfos.ca/01/apr/ainfos00225.html>
- McCarthy, Ryan Chiang (2002) 'Anarchists and Palestine: class struggle or popular front?', NEFAC website; <http://makhno.nefac.net/html/drupal/?q=node/view/158>
- Landauer, Gustav (1907) 'Volk und Land: Dreißig sozialistische Thesen', *Die Zukunft* (Jan.
- Rocker, Rudolf (1937) *Nationalism and Culture* (New York: Covici, Friede) — (1989/1938) *Anarcho-Syndicalism* (London: Pluto)
- Forsey, Helen (1990) 'Community: Meeting our deepest needs', in Andruss et al., *Home! A Bioregional Reader*
- Sha'alabi, Nazeeh and Oren Medicks (2003) 'The camp in the eyes of a Palestinian activist' and 'The camp in the eyes of an Israeli activist'; <http://stopthewall.org.il/mashacamp/Bibliography>



faccaoficticia.noblogs.org

“

Em contraste tanto com a lógica da separação quanto com a das iniciativas inofensivas de diálogo, a resistência conjunta em Palestina/Israel continua sendo uma arena aberta ao puxa-empurra dos limites da cooperação israelenses/palestinos, numa luta que, a despeito das suas condições imperfeitas, pode ainda assim, momentaneamente, manifestar a esperança de que judeus e outros possam um dia viver juntos nessa terra sem classes, Estados ou fronteiras.

